

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e doze, pelas nove horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 54.º da Lei n.º169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º5-A/02, de 11 de janeiro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Manuel Adolfo da Rocha Veiga e Costa e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente.

Declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu-se à chamada dos Senhores Deputados Municipais, verificando-se as ausências dos Senhores Deputados Lúcio Augusto Bandarra, Ezilda da Conceição Escobar Borges, Eduardo Manuel Morais Almendra, José Alberto Vilares Reis e o Presidente da Junta de Freguesia de Sambade, Carolino José Pimentel, que se fez representar pela secretária da Junta, Virgínia da Glória Morais Azevedo.

Justificaram a falta no prazo legalmente estabelecido, os Senhores Deputados Municipais Lúcio Augusto Bandarra, Eduardo Manuel Morais Almendra, e José Alberto Vilares Reis.

Não justificou a falta no prazo legalmente estabelecido, a Senhora Deputada Municipal Ezilda da Conceição Escobar Borges.

Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados Municipais que estavam presentes a ata da quarta sessão ordinária, realizada no passado dia vinte e oito de setembro de dois mil e doze e a ata da segunda sessão extraordinária realizada no dia vinte e sete de outubro de dois mil e doze, para serem submetidas a aprovação.

Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a Ata da segunda Sessão Extraordinária à votação, tendo sido aprovada, **por maioria**, dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e cinco votos a favor, zero votos contra e duas abstenções.

Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a Ata da quarta Sessão Ordinária à votação, tendo sido aprovada, **por maioria**, dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e cinco votos a favor, zero votos contra e duas abstenções.

Posteriormente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informou os Senhores Deputados Municipais que a pedido da Senhora Presidente da Câmara, a Dr.ª Armanda Vieira, iria expor o assunto consignado no ponto n.º14 da ordem de trabalhos "**Sensibilização sobre a Igualdade dos Géneros**", de modo a evitar que estivesse presente obrigatoriamente até ao fim da Sessão da Assembleia Municipal.

A Dr.ª Armanda Vieira solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os Membros da Assembleia Municipal.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Iniciou a sua intervenção informando os Senhores Deputados Municipais que a sua presença na sessão da Assembleia Municipal vem em linha com uma série de ações de sensibilização referente a um projeto que está a ser realizado na Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

Continuou a sua explicação e enumerou as diferentes fases do projeto, começando com a realização de um diagnóstico de necessidades dos colaboradores do Município, tendo em vista a elaboração do plano das necessidades encontradas. Disse, depois, que após identificadas as necessidades, elaboraram um plano de execução.

Posteriormente, disse que a população alvo deste plano eram os colaboradores do Município, podendo também em algumas situações alargar-se à população geral.

De seguida, disse que o principal objetivo do projeto era implementar um plano interno para a Igualdade do Género no Município, enquanto organismo de proximidade da população e outras instituições locais, e que tenha efeito multiplicador na dimensão de igualdade de género e igualdade de oportunidades na comunidade.

Continuou a sua explicação e disse que os outros objetivos do projeto passam por informar e sensibilizar os colaboradores do Município para a Igualdade de Género e de oportunidades, sensibilizar para a participação feminina na vida cívica, na liderança e na vida política, promoção na igualdade de género na população idosa.

Apresentou de seguida aos Senhores Deputados Municipais algumas ações que fazem parte do plano de execução, colocando-o ao dispor para consulta dos interessados.

A Senhora Presidente da Câmara solicitou a palavra, e depois de apresentar cumprimentos a todos os Membros da Assembleia Municipal informou que este projeto foi candidatado á CIG, devido à existência de Planos Nacionais para a Igualdade de Género e o Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, que são Planos da responsabilidade da Comissão para a Igualdade de Género e da Secretaria de Estado para a Igualdade de Género, sendo que uma das ações do projeto era promover a Igualdade de Género nas organizações do Estado.

Disse, depois, que no Município de Alfândega da Fé em relação à Igualdade de Género não existem grandes problemas, uma vez que é em relação aos lugares de chefia que as mulheres sentem mais problemas. Disse, ainda, que é fundamental a existência de Igualdade de Género dentro das instituições públicas, permitindo a todos os colaboradores a criação de oportunidades.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou a Senhora Presidente da Câmara sobre quem era o Técnico do Município responsável pela divulgação do Projeto, tendo a Senhora Presidente da Câmara respondido que o Projecto estava entregue à Ação Social da Câmara.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Deputados Municipais sobre quem se queria inscrever para intervir neste período.

O Senhor Deputado David Neno solicitou a palavra e depois de apresentar cumprimentos a todos os Membros da Assembleia Municipal iniciou a sua intervenção, referindo que o ensino escolar nas aldeias terminou, tendo os alunos sido colocados no Centro Escolar, não permitindo deixar às gerações vindouras uma ideia do que foi o ensino primário de outros tempos.

Informou, depois, os Senhores Deputados Municipais, que a pedido do Executivo, foi encarregado para junto dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho, recolher todo o material escolar ainda presente nas antigas Escolas

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Primárias, com o objetivo de reunir todo esse material no antigo edifício do Município, e selecionar o melhor, permitindo a criação de um Museu.

O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os Membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção e referiu que a iniciativa demonstrada pelo Senhor Deputado David Neno era excelente, pois iria permitir às novas gerações conhecer o que foi o ensino no passado.

Continuou a sua intervenção e disse que gostava de debater dois assuntos muito importantes. Um deles tem haver com a reforma da reorganização administrativa das Freguesias, muito debatido nas redes sociais, gerando bastante discussão. Referindo o conjunto de intenções por parte das Freguesias, do Concelho, a Assembleia Municipal aprovou o envio dos pareceres por eles emitidos para a UTRAT (Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território) a qual não aceitou esses documentos. Lembrou que a Bancada do PSD/CDS apresentou uma proposta de trabalho que serviria de base de trabalho. Disse, ainda, que a Lei n.º22/2012, determinava que o Executivo apresentasse uma proposta de trabalho à Assembleia Municipal para se pronunciar, o que nunca veio a acontecer, pois pensava-se que esta proposta de reorganização territorial nunca iria para a frente, o que mais tarde se veio a comprovar, que é mesmo para se concretizar. Disse, ainda, que as questões políticas assumidas em relação a este assunto, nomeadamente, uma opinião do Senhor Deputado Diamantino Soeiro, em que disse que a Assembleia Municipal não tinha que emitir nenhuma proposta pois era trabalho do Governo, permitiu que o concelho de Alfândega da Fé saísse penalizado por não cumprirem certos requisitos impostos pela Lei, pois em vez de se perderem quatro ou cinco Freguesias vão-se perder sete ou oito Freguesias.

Posteriormente, o Senhor Deputado Luís Terêncio, disse que leram o documento enviado e que espelha bem os motivos pelo qual não foi aceite, pois não era uma proposta concreta, levantava duas ou três hipóteses de agregação, não cumpria a legislação e assim a UTRAT chumbou o documento, e enviou para a Assembleia da República não o nosso documento, mas o documento elaborado por eles.

Disse, depois, que o documento enviado à Assembleia da República pelo Executivo dizia o seguinte: *“Não foi remetido à UTRAT a parte respectiva da Ata da sessão de 28 de setembro de 2012, por se considerar desnecessário uma vez que no ofício enviado constava a própria proposta de agregação.”* Se dúvidas houvesse, teria este órgão de ser consultado, ao abrigo do disposto no art.º 14.º/4, e não o foi. Depois, na Ata dessa sessão dizia o seguinte: *“O Senhor Presidente da Mesa terminou dizendo que a Assembleia Municipal aceita as propostas das Assembleias de Freguesia e Plenários, que estão todas em conformidade com a Lei e com a vontade das populações. Disse, depois, que o ofício de pronúncia a enviar ao Presidente da Unidade Técnica, deverá conter a aprovação das propostas das Assembleias de Freguesia e Plenários para a Reorganização Administrativa do Concelho”*. Em sua opinião isto é um pouco contraditório.

Continuou a sua intervenção e disse que relativamente a esta situação, por inércia do Executivo o Concelho ficou prejudicado, pois no dia 21 de dezembro o mapa da reorganização foi aprovado, não tendo mais volta a dar, e solicitou à Senhora Presidente da Câmara que assumisse a responsabilidade do fracasso desta situação.

Relativamente ao segundo ponto o Senhor Deputado Luís Terêncio falou sobre um ofício relacionado com uma inspeção da IGAL, que abrangia dois pontos relativamente ao endividamento da Autarquia e a um erro processual, que envolve o anterior Executivo.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Em relação ao endividamento da Autarquia disse que gostaria de esclarecer que o endividamento foi ultrapassado por dois motivos: 1º, a comparticipação dos fundos comunitários não chegava a tempo e depois quando se transitou de ano ultrapassou-se o endividamento; e 2º, porque ainda na altura da Ministra Manuela Ferreira Leite, a Lei das Autarquias Locais foi alterada, ou seja, no meio do mandato alteraram-se as regras, ou seja, desta forma, os Municípios passaram a incluir os prejuízos das Empresas Municipais. Perante esta situação disse não acreditar que não exista nenhum Município nas mesmas condições.

Relativamente à compra de algum material que não teve cabimentação, o que aconteceu é que o material foi comprado, existindo para o efeito um documento para dar ordem de compra, e foi considerado um erro processual, porque nesse documento faltava uma assinatura de autorização do Senhor Presidente da Câmara.

Posteriormente disse que estas eram as duas explicações que queria dar de forma a evitar mal entendidos.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu ao Senhor Deputado Luís Terêncio que em relação à inspeção disse que ainda não se tinha pronunciado porque está ainda em fase de contraditório pelas pessoas em causa.

Relativamente à questão da reorganização administrativa do território respondeu que quem deve sentir-se responsável é a Assembleia Municipal, pois a Câmara Municipal fez tudo o que lhe competia, uma vez que aprovou, por unanimidade, uma pronúncia que enviou à Assembleia Municipal explicando porque era contra a Lei e explicando que do seu ponto de vista devia ser respeitada a vontade das populações. Disse, depois, que esse documento foi enviado à Assembleia Municipal, tendo sido aprovado, por unanimidade, em reunião de Câmara, e com base nesses pressupostos a Assembleia Municipal aprovou também a sua posição, que foi de que em vez de se aprovar uma proposta, decidiu –se apoiar um documento que expressasse a vontade da população e das Assembleias de Freguesia.

Continuou a sua explicação e disse que o documento que foi enviado poderia ter sido mais bem elaborado, mas contudo não deixou de ter os elementos principais da posição da Assembleia.

Posteriormente, disse que a UTRAT respeitou a maioria das decisões enviadas, apenas não respeitou a vontade das populações relativamente à Freguesia de Soeima, que queria agregar-se a Sambade, e a UTRAT propôs a agregação à Freguesia de Gebelim, porque no parecer da Unidade Técnica haveria uma maior harmonização em relação ao tamanho das Freguesias, uma vez que se Soeima se agregasse a Sambade ficaria uma Freguesia muito grande em comparação com Gebelim.

Continuou a sua explicação e disse que, ainda pior, foi a Unidade Técnica ter juntado as Freguesias de Gouveia-Eucísia-Valverde, referindo que nesta situação vai existir sim uma grande Freguesia, o que pode originar um grande problema, visto serem cinco lugares diferentes, uma vez que a Gouveia tem anexa a Cabreira e a Eucísia tem anexa Santa Justa. Disse, depois, que em relação à agregação da Ferradosa e o Sendim da Serra, neste aspecto não prevê grandes problemas porque mesmo no escrutínio à população existiu um grande equilíbrio.

Relativamente à questão da diminuição do número de Freguesias, não concorda com o que foi afirmado, uma vez que estava previsto que todas as Freguesias com menos de 150 habitantes seriam obrigadas à agregar-se, podendo numa situação excepcional a Eucísia ficar isolada, se a Unidade Técnica tivesse levado em conta os princípios propostos pela Assembleia Municipal. Contudo, Valverde teria que obrigatoriamente agregar-se à Freguesia de Alfândega da Fé.

Disse, depois, que considera esta Lei mal elaborada tendo levado à divisão das pessoas. Disse, que defendia que existissem critérios para as agregações, mas que, deveriam ser as populações a decidir o seu rumo.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Referiu, também, que existiram diversas Freguesias no País que colocaram providências cautelares contra as Assembleias Municipais, porque segundo elas não estava a ser respeitada a autonomia das freguesias como autarquias autónomas, considerando esta Lei inconstitucional.

Disse, depois, que está convicta que fizeram o melhor, uma vez que permitiram que o povo se pronunciasse em relação a esta matéria.

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e respondeu ao Senhor Deputado Luís Terêncio que a Mesa não viu a proposta que referiu e andar nas redes sociais não é o melhor caminho quando se quer dar a conhecer a proposta.

Disse, depois, que em relação à atribuição de culpas ao Executivo, no que respeita à matéria da Reorganização Administrativa do Território, evocando que o documento não estava redigido da melhor maneira, nem da maneira como a bancada do PSD/CDS queria, é especulação, uma vez que na Sessão da Assembleia Municipal votou de acordo com esse documento, referindo que a única falha que existiu foi a falta de coordenação entre o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e a Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos, uma vez que competia à Secção de Apoio a reunião dos documentos que a UTRAT pretendia e ele limitar-se-ia a verificar, assinar e/ou sugerir alguma alteração. Disse, ainda, que essa coordenação não existiu, visto que o Presidente da Mesa não tinha os dados da extinção das Freguesias, ou seja, que a UTRAT utilizou para se desculpar, dizendo que a Assembleia Municipal não se tinha pronunciado.

Posteriormente, disse que a Assembleia Municipal pronunciou-se e o Senhor Deputado Municipal votou a favor da forma como a Assembleia Municipal deliberou pronunciar-se.

Continuou a sua intervenção e comentou que o Senhor Deputado Municipal Luís Terêncio ficou muito incomodado por ter recepcionado no seu e-mail o resultado da inspeção ordinária ao Município de Alfândega da Fé, o relatório parcelar n.º1, elaborado pela Inspeção Geral de Finanças. Disse, depois, que esse relatório foi enviado à Câmara Municipal, tendo, e muito bem, na sua opinião, o Executivo dado a conhecer o resultado ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que nada mais fez do que cumprir o Regimento da Assembleia Municipal e deu-o a conhecer às Bancadas do PSD/CDS e do PS.

Solicitou depois que lhe fosse remetida uma cópia da proposta do PSD sobre a agregação das freguesias uma vez que foi tão culta e tão mencionada.

O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e respondeu ao Senhor Presidente da Mesa que apenas se referiu ao facto de que a Bancada do PSD/CDS queria ver esclarecido aqueles assuntos e todas as palavras que proferiu foram da sua bancada e não dele.

Relativamente à proposta da Reorganização das Freguesias, disse que ao contrário do que disse o Senhor Presidente da Mesa, a UTRAT aprovou todas as propostas apresentadas pelos outros Municípios que enviaram devidamente os documentos, no nosso caso a UTRAT apenas cumpriu o disposto na Lei n.º22/2012, uma vez que a proposta apresentada pela Assembleia Municipal não era concreta.

Relativamente à discussão gerada nas redes sociais, o Senhor Deputado Luís Terêncio, respondeu ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, que discute onde quer e da forma como quer, uma vez que é responsável pelo que escreve e diz.

Posteriormente, disse que não vai falar mais sobre a proposta, dado que já foi bastante discutida, referindo apenas que o Concelho de Alfândega da Fé saiu prejudicado, uma vez que a Lei dizia que todas as Freguesias que se agregassem

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

voluntariamente teriam um benefício de quinze por cento, nas transferências do Estado. Continuou a sua intervenção e disse que ao passar a decisão para o Governo o Executivo salvaguardou-se nas responsabilidades perante a população.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou da palavra e respondeu ao Senhor Deputado Luís Terêncio questionando-o pela proposta da bancada do PSD/CDS, uma vez que ninguém a leu. Referiu, depois, que ouviu dizer que nas redes sociais o Senhor Deputado Luís Terêncio tinha uma proposta e que não a apresentou porque foi ameaçado, perguntando-lhe, de seguida, que dissesse perante a Assembleia Municipal, quem o ameaçou.

O Senhor Deputado Municipal Luís Terêncio respondeu ao Senhor Presidente da Mesa que relativamente à proposta quando ela foi referida na Assembleia Municipal, mencionando que poderia servir como base de trabalho, o Executivo não se preocupou em ouvir, em fazer um debate de esclarecimento sobre o assunto.

Disse, depois, que no final dessa Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Mário Soeiro se dirigiu a ele e que lhe disse: *“Ai de ti que apresentes alguma proposta, nós não temos de fazer nada, quem tem de fazer é o Governo”*. Após proferidas essas palavras gerou-se uma discussão, ficando com a ideia que o Senhor Deputado Mário Soeiro e a Bancada do PS não queriam essa responsabilidade, transferindo-a para o Governo.

O Senhor Deputado José Saldanha solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os Membros da assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção e referiu que em relação ao assunto da reorganização das freguesias chegou à conclusão que o Executivo se recusou fazer a elaboração da proposta, e deixou para terceiros essa responsabilidade. Disse, depois, que podem não concordar com a Lei, mas ela foi aprovada na Assembleia da República por representantes do povo português, mas a verdade é que o Concelho de Alfândega da Fé não defendeu os seus interesses dentro do enquadramento legal. Disse, depois, que existiu uma intenção política de fugir às responsabilidades, pois era um assunto muito impopular, sublinhando que ao alhearem-se dessa responsabilidade, foi muito pior.

Continuou a sua intervenção e disse que como não pode estar presente na referida Sessão da Assembleia Municipal, enviou um “mail” ao Senhor Presidente da Mesa sobre a sua tomada de posição, referindo que era da responsabilidade do Executivo elaborar uma proposta que minorasse ao máximo a redução de Freguesias, uma vez que devido ao memorando assinado pelo Governo Português e a Troika, esta Lei era mesmo para ir para a frente.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu aos Senhores Deputados que estava absolutamente espantada pela *“falta de memória”* do Senhor Deputado Luís Terêncio, uma vez que se for ler as Atas, em Junho aprovaram a decisão.

Disse, ainda, que em primeiro lugar na Reunião de Câmara Municipal aprovaram, por unanimidade, elaborar uma pronúncia a ser remetida à Assembleia Municipal, e essa pronúncia dizia que propunham que fosse feita uma reorganização das Freguesias de acordo com a vontade das populações, referindo que esta pronúncia era uma proposta muito concreta, e nessa Assembleia Municipal votaram, por unanimidade, que existisse uma reorganização das Freguesias de acordo com a vontade das populações, referindo que o Senhor Deputado Luís Terêncio fez uma intervenção que dizia que era importante que todas as Freguesias fossem ouvidas. Disse, depois, que a Câmara Municipal “não lavou as mãos” sobre o assunto, pois foi elaborada uma pronúncia e aprovada, por unanimidade, tanto na Reunião de Câmara Municipal, como na Assembleia Municipal.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Disse, depois, que se deslocou a todas as Freguesias do Concelho para explicar às pessoas o que estava em causa, e que o Executivo e os Presidentes de Junta interessados, iriam consultar um advogado para se tentar judicialmente fazer alguma coisa.

Continuou a sua intervenção e disse que o memorando da Troika não foi assinado só pelo ex-Primeiro Ministro José Sócrates, mas também foi assinado pelo atual Primeiro Ministro Pedro Passos Coelho e pelo Ministro Paulo Portas, e que no memorando nem se falava na agregação das Juntas de Freguesia mas sim de Concelhos.

O Senhor Deputado Mário Soeiro solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os Membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção e referiu que a Assembleia Municipal interpretou bem a Lei referente à Reforma Territorial das Freguesias, passando o ónus para que as Freguesias discutissem entre elas a melhor forma de se reorganizarem. Disse, depois, que conjuntamente com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pombal, Adolfo Videira, ouviram as populações e elaboraram um documento que foi aceite.

Posteriormente, respondeu ao Senhor Deputado Luís Terêncio confirmando as palavras reafirmadas por ele, no sentido de que cada Presidente de Junta tinha em mente a solução para a sua Freguesia, e neste caso em particular, a dele.

Continuou a sua intervenção e disse que em reuniões que teve com a ANAFRE, disse que não concordava com a Reorganização, pois só deveriam agregar-se quem assim o entendesse, reafirmando que o importante não são os quinze por cento a mais das transferências do Estado mas sim a integridade territorial, referindo que existe muita maneira de poupar.

O Senhor Deputado José Januário solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os Membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção e queixou-se de receber tardiamente a correspondência, referindo que desde sempre recebeu muito tarde a devida correspondência.

Continuou a sua intervenção e disse que relativamente ao assunto da reorganização territorial das Freguesias muito se conversou e pouco se aproveitou da conversa. Disse, ainda, que por ele acabaria com muitas delas, pois não fazem nada. Depois, disse, que mesmo nas Freguesias grandes, como Sambade, os caminhos agrícolas estão numa miséria. Disse, ainda, que os contribuintes pagam os impostos municipais e não vêem estes problemas relacionados com a agricultura resolvidos.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu ao Senhor Deputado José Januário que em relação aos caminhos agrícolas é uma competência das Juntas de Freguesia, contudo referiu que a máquina da Câmara Municipal tem ido muitas vezes para Sambade compor os caminhos agrícolas, não sabendo responder quais os caminhos que ainda faltariam compor. Disse, ainda, que sempre que a máquina é solicitada por qualquer Junta de Freguesia, ela é sempre disponibilizada.

Continuou a sua intervenção e disse que apesar de a Câmara já ser mais contida nas suas despesas, não pode deixar de apoiar certos eventos que contribuem para a imagem do Concelho.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Respondeu ainda que a Câmara Municipal tem apoiado a agricultura no Concelho, nomeadamente através de apoios à Cooperativa Agrícola, à cultura dos castanheiros, amendoeira e oliveira, e à finalização do regadio da Barragem da Estevaínha.

Disse, depois, que recentemente estiveram reunidos com o Senhor Diretor Regional da Agricultura na preparação do próximo Quadro Comunitário, em que a prioridade seria o planalto de Vilar Chão – Parada, terminar o regadio de Santa Justa, e o reforço da barragem de Sambade, que permitirá regar a zona sul de Sambade.

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e respondeu ao Senhor Deputado José Januário que em relação à receção da documentação das sessões tinha razão, e disse que já alertou várias vezes o Executivo para este assunto.

Relativamente à matéria da agricultura, independentemente do que foi explicado pela Senhora Presidente da Câmara, sugeriu ao Senhor Deputado que solicitasse uma reunião à Senhora Ministra da Agricultura Assunção Cristas, uma vez que tem fortes raízes em Sambade, e dado que os apoios vêm do Estado.

Em relação aos caminhos rurais, disse que a família dele tem uma propriedade na zona de Sambade, foi lá e não bateu em nenhuma pedra, sugerindo ao Senhor Deputado José Januário que falasse diretamente com o Senhor Presidente da junta de Freguesia de Sambade para resolver a situação, tendo o Senhor Deputado José Januário respondido que já falou várias vezes com o Senhor Presidente da Junta de Sambade, que lhe responde que vai fazer, mas não faz. Quando se referiu aos caminhos agrícolas não quis referir-se à passagem mas sim ao mato envolvente.

Disse, ainda, que os apoios que a Câmara Municipal concede à Cooperativa Agrícola não são assim tantos, e eles já recebem as quotas e as maquias dos associados.

O Senhor Deputado Firmino Cordeiro solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os Membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção e disse que não valia a pena insistir mais na Reorganização Territorial das Freguesias porque o tema já foi devidamente debatido.

Disse, depois, que o Governo, independentemente de quem assinou o memorando com a Troika, deverá sempre proteger os interesses do País e fazer ver à Troika que essas políticas não interessam.

Continuou a sua intervenção e dirigiu-se à Senhora Presidente da Câmara referindo que se for possível meter o processo judicial que se avance, de forma a proteger os interesses do Concelho.

Disse, ainda, que não faz nenhum sentido a agregação de Freguesias, que por si só se encontram distantes umas das outras, podendo sim existir cortes nas Freguesias dos grandes centros urbanos, uma vez que existem Freguesias contíguas às outras e mesmo junto às sedes de Concelho. Com esta medida estão a isolar cada vez mais as populações e obrigá-las a juntarem-se sem respeitarem as suas vontades, referiu em relação à agricultura, o Deputado Firmino Cordeiro disse que o a barragem que a EDP está a construir poderia ser mais aproveitada em prol da agricultura e comentou que o Governo do PSD abandonou por completo a agricultura do País, pois a política do Ministério da Agricultura não é a melhor. Disse, ainda, que falar no crescente número de jovens agricultores, principalmente nos jovens licenciados que vêem a agricultura como tábuas de salvação para a crise sem possuírem nenhum conhecimento sobre a matéria, é errado, uma vez que o futuro da agricultura é muito complexo e sério, e andar a brincar aos agricultores de forma a fingir a crise não é o melhor, porque um dia pode ser um problema grave.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Posteriormente, disse que o importante não é rebater sobre o que se podia ter feito, mas sim do que ainda se pode fazer juridicamente, porque fazer uma Lei e executá-la só para agradar à Troika sem auscultar devidamente a população, as Assembleias Municipais e de Freguesias para se pouparem uns trocos não é bom. Deveria era poupar-se onde realmente se pode ir buscar dinheiro e não fazer um agrado à Troika para se poupar pouco dinheiro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pombal Adolfo Videira usou da palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção e dirigiu-se ao Senhor Presidente da Mesa dizendo que se sentia discriminado, uma vez que o Senhor Presidente da Mesa só conhecia a bancada do PSD/CDS, dado que a correspondência só é enviada para o líder da Bancada do PSD/CDS e a ele não chega correspondência nenhuma. Disse, depois, que concordava com a intervenção do Senhor Deputado José Januário, uma vez que a correspondência chega muito tardiamente, referindo que tem correio electrónico e mesmo assim chega tarde, lembrando-lhe que ele enquanto Deputado no anterior mandato andava constantemente preocupado com a celeridade da correspondência. Disse, ainda, que enquanto Presidente da Mesa não fez grande coisa para alterar este assunto.

Continuou a sua intervenção e disse que efetivamente elaborou um documento bem fundamentado juntamente com o Senhor Deputado Mário Soeiro, relativamente à fusão das Freguesias, o que levou, que as suas intenções fossem tidas em conta. Depois, disse, que alguns Presidentes de Junta nada elaboraram para minimizar aquela situação e agora estão com um problema sério.

Disse, depois, que as pessoas já estão conformadas com este assunto, pois quem manda é o Governo e não acredita que se venha a alterar alguma coisa, mesmo com a intervenção da Senhora Presidente de Câmara a solicitar que revejam alguma situação.

Depois respondeu ao Senhor Deputado Firmino Cordeiro dizendo que não percebe como é que uma pessoa que tanto se preocupa com a agricultura, critica os jovens agricultores de agora e a Ministra Assunção Cristas, uma vez que é do Partido Político CDS, tendo sido o mesmo Deputado militante do CDS, que depois mudou-se para o PSD. Disse, ainda, que o Deputado Firmino Cordeiro não pode hoje virar as costas aos jovens agricultores, porque no passado tantas candidaturas ajudou a realizar aos jovens de então.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia respondeu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pombal que tinha razão quanto à chegada tardia da documentação, mas que não tinha razão quando disse que era culpa dele, uma vez que envia muito antecipadamente e-mail à Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos para enviarem a correspondência atempadamente. Disse, ainda, que fez de tudo para que as Atas estivessem em dia como hoje acontece. Referiu que a partir desse ponto ele não tem culpa se a Secção de Apoio não envia atempadamente os documentos, ou se não segue as suas orientações.

O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e disse que em Assembleias anteriores pediu ao Executivo que lhes fossem enviados dois documentos, o primeiro era um quadro onde estivesse contemplado o número de trabalhadores com contrato de trabalho com a EDEAF e o local onde eles prestam serviço, o segundo documento era uma listagem de todos os protocolos com a indicação da sua validade e o montante do mesmo.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Deputado Luís Terêncio que em relação à EDEAF podem enviar o mapa, referindo que na próxima sessão da Assembleia Municipal a Empresa Municipal EDEAF irá ser debatida de acordo com o que a Lei das Empresas Municipais, e que de acordo com a Lei, a EDEAF vai ter de ser extinta.

Disse depois que relativamente aos protocolos eles também têm de ir à Assembleia Municipal no âmbito do Relatório de Contas e Orçamento.

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º159/1999, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;

Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 26/12/2012, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra começando por referir que este ponto tem a ver essencialmente com as atividades inerentes ao funcionamento dos serviços por unidades orgânicas. Informou, depois, que o Município tem a decorrer um programa de Certificação dos serviços, por uma entidade certificada externa. Quanto ao número de trabalhadores referiu que tem vindo a diminuir devido a mais aposentações, e que este ano houve uma poupança nas despesas com pessoal na ordem dos duzentos e noventa mil euros, devido a não se ter pago os subsídios de Férias e Natal e também com a diminuição do número de trabalhadores. No entanto, disse quem em 2013 a poupança vai diminuir uma vez que vai haver lugar ao pagamento do subsídio de Natal em duodécimos, e o Orçamento do Estado prevê um aumento dos descontos das entidades para a CGA de 5%. A Senhora Presidente da Câmara, disse, depois, que para o ano que vem prevê a redução ainda mais de trabalhadores com cinco aposentações e com o termo de contrato de trabalho de um assistente operacional, telefonista, ainda que, para este lugar vai tentar abrir concurso, dado tratar-se de uma função necessária tenha consciência que atualmente está muito difícil, sobretudo quando dependemos da aprovação do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, DGAL e Finanças. Relembrou, ainda, o concurso para um assistente técnico e para um assistente operacional, que está a decorrer há dois anos e que ainda não obtiveram qualquer resposta destas entidades. De seguida, a Senhora Presidente da Câmara referiu que nas Empresas Municipais a situação também é preocupante uma vez que se prevê a sua extinção. Depois, disse, que é intenção manter os trabalhadores da Câmara, não abrindo novos concursos para novas pessoas, mas manter as atuais, e com as aposentações, ir diminuindo gradualmente o número de trabalhadores.

Continua a sua intervenção e alertou os Senhores Deputados para o quadro que continha a informação da aquisição de serviços, relativamente ao qual o Executivo tem sido muito criticado. No entanto, têm vindo a reduzir muito esta despesa nos últimos anos, na ordem dos vinte e dois por cento. Disse, ainda, que de acordo com as rubricas referentes às prestações de serviços estava-se a gastar cerca de cento e setenta mil euros e agora gasta-se cento e trinta e quatro mil euros mensalmente. Referindo depois que os serviços que aumentaram foram a electricidade, devido ao aumento do IVA e da tarifa da água, sublinhando que se tem tentado implementar hábitos de poupança junto dos trabalhadores, permitindo que o aumento não fosse tão acentuado, e um aumento na água, que muito embora não tenha existido um aumento do consumo verificou-se um aumento do preço das tarifas devido a atualizações.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

2. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO 2013;

O Senhor Presidente da Mesa chamou a atenção dos Senhores Deputados Municipais, que o ponto n.º2, 3, 4 e 5 estariam englobados todos no mesmo documento, referindo que embora estejam interligados teriam de se efetuar votações independentes.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Senhores Deputados que o Orçamento embora tenha um valor global de vinte e oito milhões de euros, na realidade são só dez milhões de euros, isto porque é obrigatório que no Orçamento Global esteja incluído toda a reestruturação do passivo que resultou da aprovação do Plano de Reequilíbrio Financeiro. Disse, depois, que no Orçamento, os dez milhões de euros, resultam das transferências de Estado, receitas do Imposto Municipal sobre Imóveis e as transferências dos Quadros Comunitários.

Continuou a sua explicação e disse que para o ano de dois mil e treze pretendiam terminar as candidaturas que estão aprovadas, nomeadamente, a segunda fase do PRU e a estrada para os Colmeais. Disse ainda que a candidatura da reabilitação da estrada para os Colmeais estava englobada na candidatura Vales-Colmeais, estando a estrada dos Vales já concluída. Informou depois os Senhores Deputados que no ano de dois mil e treze prevê gastar menos dinheiro do que no ano dois mil e doze, permitindo reduzir o esforço financeiro do Município e aprovar uma candidatura do PROVER, que só deverá ser executada em dois mil e catorze, e que se traduz na recuperação da Casa do Povo de Sambade e na transformação da Escola Primária num Museu Rural.

A Senhora Presidente da Câmara referiu de seguida, que iriam continuar com a Administração Direta sempre com a preocupação na contenção dos custos, e que iriam privilegiar as aldeias onde não foram executados trabalhos tão regularmente, como Valverde, Santa Justa e Sardão. Disse, depois, que iriam manter as intervenções no alargamento da estrada de Soeima, a Capela em Gouveia, o Cemitério de Vilar Chão, e a Capela da Legoínha, cuja obra já foi adjudicada, e que está orçada em cem mil euros, que será suportada pela comparticipação da candidatura e o restante pela Comissão Fabriqueira. Disse, depois, que a recuperação desta Capela é muito importante uma vez que foram descobertos uns frescos muito interessantes e que vão ser recuperados, e que a Capela da Legoínha será inserida na Rota da Fé, constituída pelas Capelas de Jerusalém, Valverde, Sendim da Ribeira e Valpereiro, devido às suas pinturas murais.

Continuou a sua intervenção e informou que relativamente a Parada e a Gebelim ainda estavam a decorrer os concursos para os Lares da Terceira Idade, também candidatados, que muito embora seja da responsabilidade das IPSS's, a Câmara Municipal está a apoiar do ponto de vista técnico e financeiramente.

O Senhor Deputado Firmino Cordeiro solicitou a palavra e referiu que o melhoramento da Capela da Legoínha é crucial, uma vez que pode potenciar o turismo não só no lugar, mas também na Freguesia de Vilar Chão.

Continuou a sua intervenção e disse que em relação á agricultura, o grande problema prende-se pelo regadio, pois a água é fundamental, e solicitou à Senhora Presidente da Câmara que desse a conhecer o conteúdo da reunião que teve com o Senhor Director Regional da Agricultura. Disse, depois, que não se pode regozijar-se com as melhorias que existiu no programa PRODOR, em que foram retiradas verbas do próprio regadio para iniciativas e projetos nomeadamente da Media 1 e na Medida dos pequenos investimentos, fortalecendo os apoios aos jovens e pequenos agricultores. Disse, ainda, que os pequenos agricultores estão a ser bastante marginalizados pelo presente Governo, uma vez que as bonificações das taxas, algumas delas foram abolidas.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Continuou a sua intervenção e disse que nunca tiveram nenhum Ministro da Agricultura que se preocupasse verdadeiramente com a agricultura do interior do País, cingindo-se basicamente ao Ribatejo e Alentejo.

Disse, ainda, que era fundamental fazer alguma pressão sobre a EDP em relação à questão do regadio, aproveitando a recetividade da empresa, de implementar uma política de fazer chegar os nossos produtos a consumidores que tradicionalmente não consomem produtos de Alfândega da Fé e dos Concelhos vizinhos, e desta forma deixarem umas mais valias, que no caso do regadio é preponderante para a agricultura do Concelho. Disse, depois, que em Trás-os-Montes existem muito regadios coletivos que não estão a ser aproveitados, e que existem regadios coletivos interessantes na Beira e no Alentejo, sendo fundamental a formação das pessoas, na qual podem ser instruídas para as enormes vantagens do regadio coletivo.

Disse, depois, que tanto o Município de Alfândega da Fé, como os Municípios de interior do País, têm o dever de se empenhar em ações de informação e esclarecimento à população local e alertar para todas as dinâmicas que envolvem a agricultura, desde a produção à comercialização do produto.

O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e disse que não tinha ouvido atentamente a explicação da Senhora Presidente da Câmara, pelo que solicitou que se estivesse enganado na sua intervenção o favor de o corrigir. Disse, depois, que a Bancada do PSD/CDS achava um pouco exagerado o Orçamento, orçado em vinte e oito milhões de euros, em que muito embora defendam o desenvolvimento do Concelho, o próprio custo do dinheiro era muito caro.

A Senhora Presidente da Câmara interveio e respondeu ao Senhor Deputado Luís Terêncio que os vinte e oito milhões de euros apresentados no documento, não era o Orçamento real, pois estariam dezoito milhões contabilizados de acordo com a reestruturação da dívida do Município. Disse ainda que o Orçamento real era de dez milhões de euros.

O Senhor Deputado Luís Terêncio, ouvidas as explicações da Senhora Presidente da Câmara, disse que era um Orçamento mais proporcional ao concelho, referindo ainda que iriam estar atentos há execução do mesmo, e que a intenção do voto, enquanto Bancada responsável, seria a abstenção.

O Senhor Deputado Municipal José Januário solicitou a palavra e referindo-se às obras a realizar para o ano de dois mil e treze, lembrou que a estrada desde o cruzamento de Covelas até ao centro da aldeia estava em muito mau estado de conservação.

O Senhor Deputado Adolfo Videira solicitou a palavra e perguntou à Senhora Presidente da Câmara relativamente às obras religiosas apresentadas, se teve conhecimento do estado de conservação da Capela do Santo Antão, situada entre as Freguesias do Pombal e Vilarelhos. Disse depois que foi contactado por uma família residente em Lisboa que se predispunha a ajudar monetariamente se as obras de recuperação avançassem.

Posteriormente, questionou a Senhora Presidente da Câmara se também tinha planos para a Escola Primária do Pombal, uma vez que estava livre e em muito mau estado de conservação.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que relativamente às questões levantadas sobre a agricultura deixa o Senhor Vice-Presidente da Câmara Eduardo Tavares responder, uma vez que domina melhor a matéria. Relativamente às obras efetuadas ao longo de dois mil e doze disse que já foram efetuadas as principais obras propostas e participadas, entre elas a entrada poente da vila pelo cemitério, a estrada municipal dos Vales e a primeira fase do PRU, representando quase dois milhões de euros de investimento. Para o ano de dois mil e treze prevê, de acordo com o

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

quadro comunitário, gastar cerca de um milhão de euros, que é a segunda fase do PRU e a estrada municipal dos Colmeais.

Disse, depois, que é intenção do Executivo candidatar mais projetos aos fundos comunitários, a serem realizados em dois mil e catorze, uma vez que embora o período termine em dois mil e treze, há a possibilidade de se prolongar para dois mil e catorze e dois mil e quinze. Continuando a sua intervenção, referiu que transformar as antigas escolas primárias em apartamentos turísticos foi uma boa ideia, e existe a possibilidade de transformar as escolas primárias de Eucísia e Pombal em apartamentos, devido á sua proximidade. Relativamente à escola primária de Sambade ela vai ser transformada num Museu Rural, as escolas da Ferradosa e dos Picões ainda não sabem muito bem os planos, mas deverá passar por transformar a escola da Ferradosa num Museu, ou então juntamente com a Junta de Freguesia, passar os serviços para a Escola, que é muito mais central, e aproveitar o edifício da Junta para transformar num museu. Disse, depois, que pretendem trazer tudo o que existia na Quinta Branca, que era uma antiga moagem, e que estão a trabalhar com arqueólogos que estão a fazer o levantamento de tudo.

Relativamente ao turismo religioso disse que vão ter particular atenção nomeadamente à Rota da Fé, e ao Santuário dos Cerejais, uma vez que o Senhor Bispo tem intenção de concentrar algumas atividades religiosas nos Cerejais.

Disse, depois, que em relação ao turismo de natureza, a Freguesia de Vilarelhos pode ter um espaço importante, nomeadamente, o funcionamento de um Centro de Estudo de Interpretação da Água, a funcionar na escola primária.

Realçou, depois, a importância do Concelho de Alfândega da Fé em preservar a sua identidade e memória, uma vez que até aqui ainda ninguém se preocupou vivamente na sua preservação.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Eduardo Tavares usou da palavra e apresentou cumprimentos a todos os Membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção e explicou aos Senhores Deputados Municipais que relativamente à agricultura, a Câmara Municipal tem vindo a preocupar-se cada vez mais, apesar de não existir muito dinheiro disponível. Disse, depois, que em relação ao regadio, que é uma preocupação muito grande, tem vindo a ser feito um grande esforço, nomeadamente em relação ao regadio da Barragem da Estevaínha, que já foi a concurso e esperam terminar este concurso até ao final do ano. Disse que já foi constituída a associação de beneficiários de rega deste perímetro, esperando que estejam criadas todas as condições para se ter um regadio moderno, e que sirva melhor os agricultores. Disse, ainda, que sabem que existem outras regiões com potencialidades iguais ou superiores como o caso do planalto Vilar Chão – Parada, onde os agricultores são dinâmicos e investem, o que levou a uma conversa com a EDP, que permita criar condições de regadio nessas zonas, e que a EDP solicitou orçamentos sobre quanto é que custaria esse projeto. Entrou-se em contacto com diversas empresas, das quais duas empresas credenciadas responderam, sendo enviados esses dois orçamentos para a EDP, aguardando-se a resposta da EDP.

Continuou a sua intervenção e disse que o Executivo tem estado constantemente a pressionar a EDP e o Senhor Diretor Regional da Agricultura para tentarem solucionar esse problema. Disse, depois, que já ouviram várias opiniões relativamente á construção da barragem do baixo Sabor, umas pessoas dizem que os problemas podem ser resolvidos com a Barragem, outras pessoas dizem que é impossível tecnicamente resolver esta situação com a Barragem devido ao seu desnível. Disse que já se equacionou tentar fazer chegar o regadio através da Barragem da Camba, mas os técnicos no

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

terreno, disseram que seria uma obra muito complexa de realizar, e que a solução mais viável seria fazer uma captação de água no próprio planalto, que permitisse colmatar esta falta.

Disse, depois, que também foi candidatada a expansão do perímetro de rega da barragem de Santa Justa até há Barragem do Salgueiro, que veio reprovada, mas que vão continuar a insistir, dada a sua posição geográfica, que abrange o Vale da Vilarça.

Relativamente à Barragem da Camba disse que a Junta de Regantes embora tenham tido algumas dificuldades, estão bem organizados, existindo um desconhecimento muito grande por parte da Direção Regional da Agricultura quanto há propriedade daquele regadio e quem deve fazer a gestão do regadio.

Continuou a sua intervenção e disse que estão apoiar a recente Associação de Regantes da Barragem da Estevaínha, a participar com a Associação do Vale da Vilarça na formação de uma federação de regantes a nível do Norte, porque entendem que estas associações a nível do Norte, devem estar unidas para poderem defender a rega no Norte e os dinheiros comunitários. Concluiu dizendo que na reunião com o Senhor Diretor Regional da Agricultura, também abordaram a questão do regadio e reforço da Barragem de Sambade.

Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto dois** à votação, tendo sido deliberado, **por maioria** dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e seis abstenções, dos Deputados Municipais Iolanda Neves, Luís Terêncio, Jorge Carlos Figueiredo, José Saldanha, Carlos Almendra e José Almendra, aprovar o Orçamento e as Grandes opções do Plano para o ano de 2013.

3. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO FIXADO PELA LEI N.º2/2007, DE 15 DE JANEIRO, PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA, DURANTE A VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2013;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou os Senhores Deputados Municipais que isto é o que habitualmente é feito anualmente, que se trata de um empréstimo a curto prazo a ser pago até ao final do ano, e que é utilizado nalgumas dificuldades de tesouraria.

Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto três** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade** dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, o pedido de autorização supra mencionado.

4. AUTORIZAÇÃO PARA A CÂMARA MUNICIPAL ASSUMIR COMPROMISSOS QUE RESULTEM ENCARGOS FINANCEIROS REPARTIDOS, POR VÁRIOS ANOS ECONÓMICOS, EM CONFORMIDADE COM AS OPÇÕES DO PLANO;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e esclareceu que esta autorização serve para reforçar a aprovação do Plano em relação às empreitadas, que podem ter encargos repartidos por mais do que um ano.

Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto quatro** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade** dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, a autorização em epígrafe.

5. APROVAÇÃO DOS MONTANTES TOTAIS DAS RECEITAS E DAS DESPESAS POR NATUREZA ECONÓMICA;

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou que era obrigatório, agora, aprovar não só o documento (Grandes Opções do Plano e Orçamento), como também aprovar as receitas e as despesas contidas no documento.

Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto cinco** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade** dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, os montantes totais das receitas e das despesas por natureza económica.

6. ADEQUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou os Senhores Deputados Municipais que este ponto decorre do cumprimento da Lei que obrigou a reduzir as Chefias das Unidades Orgânicas do Município. Informou depois que esta redução já foi aprovada em Reunião de Câmara. Referiu ainda, que o Município de Alfândega da Fé, de acordo com a Lei, tinha direito a um Chefe de Departamento, dois Chefes de Divisão e uma Chefia Intermédia, mas que, o Executivo optou por não criar nenhum lugar de Chefe de Departamento nem uma Chefia Intermédia, criando apenas três lugares de Chefe de Divisão, permitindo gerir eficazmente os serviços e poupar bastante dinheiro.

Continuou a sua explicação e disse que aquilo que a Câmara propõe é a junção das Divisões Financeira e Administrativa, a Divisão de Desenvolvimento Social ficará com tudo que tenha haver com Ação Social, Desporto, Educação e Cultura, e a Divisão de Urbanismo irá agregar a Divisão de Obras Municipais e a Divisão de Serviços Urbanos. Disse, ainda, que com esta reorganização dos serviços pensa que irá continuar a prestar um bom serviço, cumprindo a lei e poupando dinheiro.

Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto seis** à votação, tendo sido aprovado, **por maioria** dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e seis abstenções dos Deputados Municipais, Iolanda Neves, Luís Terêncio, Jonatan Pacheco, Jorge Carlos Figueiredo, José Saldanha e José Almendra, a adequação supra mencionada.

7. APROVAÇÃO DOS MAPAS DE PESSOAS DO MUNICÍPIO PARA 2013;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Senhores Deputados a razão da existência para aprovação de dois mapas de pessoal, referindo-se que à medida em que os Chefes de Divisão vão terminando as suas comissões de serviço, (que no ano de dois mil e treze vão ser a Divisão Administrativa, Chefiada pela D. Gina Azevedo e a Divisão de Serviços Urbanos, Chefiada pelo Eng. Zeferino Ferreira) as Divisões Financeira e Urbanismo, Chefiadas pela Dr.ª Carla Victor e pelo Arq. Rui Gonçalves, anexaram a Divisão Administrativa e a Divisão de Serviços Urbanos, respectivamente. Perante esta situação estão dois mapas de pessoal, que é o atual, e o mapa que irá entrar gradualmente em vigor quando essas comissões de serviço terminarem. Disse, ainda, que não vai existir nenhum aumento de pessoal, nem nenhuma previsão de novas vagas.

Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto sete** à votação, tendo sido aprovado, **por maioria** dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e três votos a favor, zero votos contra e quatro abstenções, dos Deputados Municipais Iolanda Neves, Luís Terêncio, José Saldanha e José Almendra, os Mapas de Pessoal do Município para 2013.

8. APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ART.º 6.º DA LEI N.º8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO;

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou os Senhores Deputados Municipais, que em tempos, já aprovaram um documento similar para o ano corrente. Este documento serve para aprovar a dispensa de autorização previa da Assembleia Municipal para o ano de dois mil e treze, uma vez que a Lei dos Compromissos obriga a que todos os compromissos das prestações de serviço que fossem contratadas de novo ou apoios financeiros, carecia uma autorização da Assembleia Municipal. Disse, depois, a exemplo do ano anterior, que com esta autorização até noventa e nove mil euros, a Câmara Municipal teria competência para aprovar previamente a despesa e de poder contratualizar o serviço, não obstante a necessidade de informar posteriormente a Assembleia Municipal.

Posteriormente, disse que esta aprovação prévia de autorização permitiria que não se realizassem muitas Assembleias Municipais Extraordinárias, porque sempre que existisse alguma contratação nova ou algum empréstimo novo, teria de realizar uma Assembleia Municipal, para obtenção da necessária autorização.

O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e questionou a Senhora Presidente sobre se a Câmara Municipal leva à Assembleia Municipal o conhecimento desses novos contratos de prestação de serviço ou apoios, ou se depois a Assembleia Municipal tem de dar nova autorização, tendo Senhora Presidente respondido que não tinha a certeza e que iria solicitar a presença da Dr.ª Carla Victor para prestar esclarecimentos sobre o assunto.

O Senhor Deputado Municipal Adolfo Videira solicitou a palavra e questionou se os noventa e nove mil euros são por rubrica ou são para despesa anual.

A Senhora Presidente da Câmara explicou depois aos Senhores Deputados Municipais que o que estava em causa era a aprovação da autorização para várias situações de que resultem compromissos plurianuais. Assim, o que estava para aprovar é a assunção dos compromissos plurianuais que resultem de planos ou programas previstos no Plano e Orçamento, em que os seus encargos não excedam os cem mil euros em cada um dos anos económicos seguintes à sua contratação e o seu prazo não seja superior a três anos. Continuou a sua explicação e disse que está em questão uma aprovação genérica para que não se convoquem muitas Assembleias sempre que necessário.

Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto oito** à votação, tendo sido aprovado, **por maioria** dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e cinco votos a favor, zero votos contra e duas abstenção dos Deputados Municipais Luís Terêncio e Iolanda Barros, a autorização genérica referida.

9. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA AUDITORIA E ACOMPANHAMENTO A 30 DE JUNHO DE 2012 – PARA CONHECIMENTO;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou os Senhores Deputados que o relatório foi elaborado pelo ROC (Revisor Oficial de Contas), tal como a Lei obriga, ou seja, que elabora um relatório de seis em seis meses. Informou, depois, que a Câmara Municipal já conta com o serviço do ROC há muito tempo, uma vez que a Lei impunha este serviço a todas as Câmara Municipais detentoras de Empresas Municipais. Hoje tudo aponta para que todas as Câmara Municipais tenham ao seu serviço um ROC. Disse, ainda, que o relatório vem acompanhado de uma informação da Dr.ª Carla Victor, Chefe da Divisão Financeira, relativamente ao parecer sobre os pontos elaborados pelo ROC, que não estariam conformes, em relação ao que foi feito e ao que se vai fazer. Disse, também que o que mais custou a fazer foi a contabilidade de custos, que é uma imposição do POCAL, referindo que a partir de janeiro, com a aquisição de novo

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

software informático, está a autarquia em condições de cumprir essa obrigatoriedade legal, ou seja, ter uma contabilidade de custos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido relatório.

10. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – AGOSTO DE 2012 – PARA CONHECIMENTO;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou os Senhores Deputados que este ponto refere-se ao Relatório sobre o Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro. Disse, depois, que este Relatório é elaborado de seis em seis meses e que se submete à apreciação e conhecimento da Assembleia Municipal, como já aconteceu em sessões anteriores.

Referiu, depois que relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro, não se cumpriram as receitas previstas, devido aos cortes das transferências do Estado. Continuou a sua intervenção e lembrou aos Senhores Deputados que quando o Dr. Fonseca Ribeiro elaborou o Plano de Saneamento Financeiro, previu, de acordo com as transferências do Estado, um valor que tinha vindo gradualmente a aumentar. Com a entrada dos PEC's e depois da Troika, disse que as transferências do Estado sofreram cortes, o que originou que as receitas não tenham sido suficientes. Disse, depois, que a outra medida que não foi cumprida foi a venda da Empresa Municipal AlfândegaTur e a extinção da Empresa Municipal EDEAF.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido relatório.

11. APOIO FINANCEIRO ATRIBUÍDO À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA ALFANDEGUENSE PARA A ÉPOCA DESPORTIVA DE 2012/2013, AO ABRIGO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30/06/2012 – PARA CONHECIMENTO NOS TERMOS DO ART.º 6.º DA LEI N.º8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal chamou a atenção dos Senhores Deputados Municipais para o nº do artigo e da Lei disposta no ponto número oito e número onze, referindo que apenas serve de conhecimento e não de nova votação de autorização da Assembleia Municipal para despesas com apoios e prestações de serviço.

De seguida informou os Senhores Deputados Municipais que de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de trinta de junho de dois mil e doze o Município de Alfândega da Fé concedeu apoio financeiro à Associação Recreativa Alfandeguense.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do apoio financeiro atribuído à ARA para a época desportiva de 2012/2013.

12. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL SÉNIOR;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e lembrou aos Senhores Deputados Municipais que o Regulamento do Conselho Municipal já tinha ido à Assembleia Municipal, tendo na altura sido deliberado retirar e reformular o Regulamento. Disse, ainda, que umas das alterações introduzidas na versão inicial foi a redução do número de representantes na comissão, e que a versão do regulamento já tinha sido aprovada em Reunião de Câmara. Continuando referiu que este regulamento permite dar a oportunidade às pessoas seniores de criarem uma organização onde possam discutir os seus problemas, e colocar as suas questões, ou seja, a organizarem-se melhor, pois normalmente as pessoas mais idosas, quando deixam de trabalhar, afastam-se um pouco da vida ativa e dos problemas que surgem

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

nomeadamente nesta faixa etária, e a criação desta organização vai permitir que os idosos tenham uma participação mais ativa na sociedade.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou a Senhora Presidente da Câmara sobre a constituição do Conselho Municipal Sénior, na medida em que dele farão parte quatro Presidentes de Junta nomeados pela Assembleia Municipal, com mais de cinquenta e cinco anos, perguntando se esta votação tinha de ser feita na presente sessão ou na próxima, tendo a Senhora Presidente respondido que a nomeação dos quatro Presidentes de Junta, seria feita na próxima sessão.

Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto doze** à votação, tendo sido aprovado, **por maioria** dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e seis votos a favor, zero votos contra e uma abstenção do Deputado Municipal David Neno, o Regulamento supra mencionado.

13. TRANSFERENCIA DE ÁREAS DE TERRENOS DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, PARA EFEITOS DE ABERTURA DO PROCESSO DA 6.ª ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Senhores Deputados Municipais que a sexta alteração da zona industrial leva a que se tenha de mexer em algumas áreas públicas que se encontram naquele loteamento. Disse, depois, que existe uma faixa de terreno desaproveitada com cerca de meio hectare, entre o pavilhão da EDEAF e um parque de carros devolutos, que tem vindo a servir para a Autarquia colocar os materiais, entulho, e os municípios algum lixo, e que aquilo que se pretende fazer é dividir aquele espaço em três lotes, para depois alienar, de forma a, para além da criação de novos lotes, resolver um problema de um Senhor que tem lá um lote de terreno já há muito tempo, junto ao qual esse Senhor vedou um pedaço de terreno já fora do lote de terreno de que é proprietário, uma vez que o antigo Executivo cedeu-lhe essa parte de terreno, a qual nunca chegou a ser legalizada. Continuando, referiu, que se pretende então passar esta área de terreno do domínio público para o domínio privado do Município de forma a permitir a criar três novos lotes de terreno e resolver, também a situação do Senhor com a suposta legalização e compra do terreno.

Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto treze** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade** dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, a transferência das áreas de terreno do domínio público para o domínio privado do Município, identificadas da informação da Divisão de Urbanismo, previamente enviadas a todos os membros.

14. SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A IGUALDADE DE GÉNERO;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que este ponto já tinha sido debatido no início da presente Sessão da Assembleia Municipal.

15. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ E A ALFANDEGATUR EM, PARA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO, PARA APRECIACÃO E VOTAÇÃO;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou ao Senhores Deputados Municipais, que de acordo com a Lei das Empresas Municipais, todas as Empresas que têm prejuízos ou não tenham receitas superiores a cinquenta por cento dos gastos, por três anos consecutivos, com efeitos retroativos, sejam extintas, referindo a EDEAF como uma Empresa Municipal que dá prejuízos e não tem receitas superiores a cinquenta por cento, ao contrário da Empresa

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Municipal AlfândegaTur, que tem receitas superiores a cinquenta por cento. Tendo como referencia o que estavam a fazer outros Municípios com Empresas que tinham receitas superiores a cinquenta por cento, caso da AlfândegaTur, aquilo que se propõe é que a Câmara em vez de colocar o dinheiro para cobrir prejuízos, conforme a Lei anterior estabelecia, que esse dinheiro foi atribuído como subsídio à exploração, o que permitiria à empresa não ter prejuízos e evitaria a sua extinção. Disse, depois, que o que estava a ser debatido neste ponto era transformar a cobertura de prejuízos de dois mil e onze e dois mil e doze em subsídio á exploração, sendo o mesmo dinheiro que a Câmara lá põe, mas de uma maneira diferente, o dinheiro segue para rubricas diferentes e assim a Empresa AlfândegaTur deixa de ter prejuízos. Referiu, de seguida, que para o ano dois mil e onze a Câmara dê um subsídio à exploração no valor de duzentos e quinze mil euros, e para o ano dois mil e doze como se estão a prever prejuízos de duzentos e setenta mil euros propõe-se a atribuição de um subsídio de igual valor. Disse, ainda, que ao ser atribuído este subsídio à exploração, a Empresa Municipal AlfândegaTur não é extinta. A intenção do Executivo continua a ser a sua venda, estando pendente a situação do passivo, relativamente ao qual os compradores só se comprometeram a pagar um milhão, seiscentos e cinquenta mil euros.

O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e referiu que o contrato programa em questão chegou às suas mãos no dia anterior, não tendo tido tempo de o analisar convenientemente. Disse, depois, que depois de ler o documento teve algumas dúvidas sobre o significado da expressão “Subsídio à Exploração”, referindo que se socorreu da internet para tentar saber um pouco mais, e que o documento em sua opinião se encontra bem elaborado e com justificações plausíveis.

Continuou a sua intervenção e disse que no passado, com o antigo Executivo, a Câmara Municipal tinha celebrado um protocolo com a Empresa Municipal AlfândegaTur, no qual durante quatro anos foi alvo de critica, e esse mesmo protocolo previa a transferência de uma verba mensal de seis mil euros para os custos do SPA. Disse, depois, que quando o atual Executivo tomou posse, celebrou um contrato programa com a mesma Empresa Municipal no qual referia que a Empresa Municipal AlfândegaTur transferiria para o Município cinco mil euros mensais, isto é, deixou a Câmara Municipal de colocar dinheiro na AlfândegaTur, e tivemos a Empresa Municipal a pagar ao Município.

Questionou, depois, a Senhora Presidente da Câmara que como de acordo com a Lei as Empresas Municipais não podem ter consecutivamente três anos de prejuízos, era apenas necessário transferir dinheiro referente ao ano de dois mil e onze, ou se é só necessário transferir o dinheiro referente ao ano de dois mil e doze, tendo a Senhora Presidente da Câmara esclarecido que seria necessário transferir o dinheiro referente aos anos de dois mil e onze e de dois mil e doze.

O Senhor Deputado Luís Terêncio usou novamente da palavra, referindo que tinha muitas dúvidas se o Tribunal de Contas aprovaria esta medida, uma vez que é uma forma encapotada de encobrir os prejuízos.

O Deputado Municipal José Firmino solicitou a palavra e comentou que quem fez muita obra tem uma grande dificuldade em pagar e amortizar essas dívidas. Disse, depois, que os Municípios têm de simplificar todos os processos, referindo que o Município fica muito melhor ao apoiar quem abraça os desafios, do que sendo ele mesmo a abraçar esses desafios. Referiu, de seguida, que a Câmara Municipal não pode deixar de pensar no principal objetivo com esta Empresa Municipal, que é a sua venda, pois esta forma de encapotar as dívidas pode não ser bom, aconselhando a não andar constantemente a “remendar” a situação, mas sim a resolver o problema pela raiz com a sua venda.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

A Senhora Presidente da Câmara disse que sempre defendeu que as Empresas Municipais passassem para as mãos dos privados, referindo que quanto à AlfândegaTur o objetivo é a sua venda, mas pretende-se que esses privados garantam o investimento e a sua viabilidade. Disse, depois, que a Empresa AlfândegaTur tem atualmente uma taxa de ocupação que se resume a cerca de dez mil dormidas anuais e que, com novos investimentos esse número poderá crescer para as vinte ou trinta mil dormidas, o que é um aumento muito substancial.

Relativamente à Empresa Municipal EDEAF, a Senhora Presidente disse que se deve continuar a apoiar o empreendedorismo e não substituírem a iniciativa privada, referindo que os Queijos, o fumeiro e a AlfaDoce já foram entregues a privados e o embalamento está a funcionar bem na Cooperativa Agrícola. Disse, depois, que a única micro - empresa que ainda vai ser extinta vai ser a AlfaMel.

Continuou a sua intervenção e disse que o Concelho de Alfândega da Fé com o seu Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo tem vindo a ajudar a criar projetos com muito sucesso e que tem tido um maior número de empreendedores que concelhos maiores.

A Deputada Municipal Iolanda Neves usou da palavra e apresentou cumprimentos a todos os Membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção e disse que lhe tinha surgido uma dúvida sobre a questão da venda da AlfândegaTur. Há um ano atrás, referiu que existiu um concurso, no qual foi apurado um investidor, que este veio apresentar à Assembleia Municipal o projeto de investimento que tinha para o Hotel & SPA, e que não sabia o que se passou ao longo deste ano, mas pelo que se apercebeu pelas explicações dadas pela Senhora Presidente da Câmara, o processo de venda não está perto da sua conclusão e ainda falam sobre a possibilidade, ou não, de ser vendida a este investidor. Perguntou depois à Senhora Presidente da Câmara quanto tempo ainda demoraria este processo de venda para terminar. A Senhora Presidente da Câmara respondeu que o investidor assumiu uma parte do passivo, que na altura do concurso era de dois milhões e meio de euros, tendo ele assumido o pagamento de um milhão e seiscientos e cinquenta mil euros. Disse que depois surgiu um problema com o excedente do passivo, que o investidor não assumiu, e o Tribunal de Contas chumbou a intenção da Câmara Municipal de assumir essa parte do passivo, aconselhando-nos a reformular o Plano de Saneamento Financeiro. Disse, depois, que reformularam o Plano de Saneamento Financeiro para irem buscar esse dinheiro à banca, sendo novamente o processo enviado ao Tribunal de Contas, que também não aprovou, e recomendou que se fizesse um Plano de Reequilíbrio Financeiro. No Plano de reequilíbrio Financeiro está previsto esse montante para cobrir o restante passivo não assumido. Só depois de aprovado o Plano de Reequilíbrio Financeiro é que existem condições para a venda da Empresa Municipal AlfândegaTur. Continuou a sua intervenção e disse que se o Tribunal de Contas tivesse dado a autorização este assunto já estaria resolvido.

O Senhor Deputado Adolfo Videira usou da palavra e disse que fica muito triste ao ouvir dizer a Senhora Presidente da Câmara que dormiram na unidade hoteleira dez mil pessoas e serem os contribuintes a pagarem essas dormidas. Disse, depois, que a Câmara Municipal já poderia ter tido outra forma de resolver a situação e não estar á espera que o investidor avance. Continuou a sua intervenção e disse para o Executivo avançar, quer o investidor queira ou não queira, porque se o investidor não quiser avançar, existem outros.

Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto quinze** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade** dos trinta e sete Deputados presentes, com trinta e sete

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, a celebração do Contrato-Programa em epígrafe, nos termos da minuta apresentada.

Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato.

A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**.

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Manuel Adolfo da Rocha Veiga Costa)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)